

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 52, n. 4, p. 1-10, jul.-set. 2021 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p> http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2021.4.36392</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

Evitar ou punir, eis a questão? Tendência à ação frente a violações morais

To avoid or to punish, is that the question? Action tendencies towards moral violations
Evitar o castigar, ¿esa es la pregunta? Tendencia a actuar contra las violaciones morales

Valeschka Martins

Guerra¹

orcid.org/0000-0001-7455-125X
valeschka.guerra@ufes.br

Viviany Silva Pessoa²

orcid.org/0000-0002-4822-587X
viviany.pessoa@gmail.com

**Aline Venceslau Vieira
de Lima³**

orcid.org/0000-0002-3042-5451
aline.vieira@professor.ufcg.edu.br

**Samuel Lincoln Bezerra
Lins⁴**

orcid.org/0000-0001-6824-4691
samuellins@fpce.up.pt

Pollyana de Lucena

Moreira⁵

orcid.org/0000-0003-3783-0924
pollyanadelucena@gmail.com

Recebido em: 13 nov. 2019.

Aprovado em: 24 fev. 2021.

Publicado em: 19 jan. 2022.

Resumo: Buscou-se investigar a associação de tendências à ação frente a violações morais com códigos de ética e o nível de proximidade com o transgressor. Participaram 200 universitários (70% mulheres, idade M = 23 anos; DP = 6,62). Eles responderam questões sociodemográficas, a Escala de Comunidade, Autonomia e Divindade e a Lista de Tendências à Ação frente a Violações Morais. Análises mistas de variância sugeriram um efeito principal da ética, com a autonomia apresentando maiores escores; um efeito principal das violações, com transgressões de autonomia apresentando maiores escores; e um efeito principal do nível de proximidade com o transgressor, com maiores escores observados com desconhecidos. Uma interação foi observada da tendência à ação com o nível de proximidade, onde os participantes evitaram mais os amigos e puniram mais os desconhecidos. Pesquisas futuras sugerem a proximidade com o transgressor como uma variável relevante.

Palavras-chave: juízo moral, transgressões, ética, identidade

Abstract: We sought to investigate the association among action tendencies in the face of moral violations with moral codes and the identity of the offender. Taking part were 200 university students (70% women, Mean age = 23 years, SD = 6.62). They answered sociodemographic questions, the Community, Autonomy and Divinity Scale, the Action Tendencies List towards Moral Violations. Mixed analyzes of variance suggested a main effect of ethics, with autonomy showing higher scores; a main effect of the violations, with transgressions of autonomy showing higher scores; and a main effect of the level of proximity to the offender, with higher scores observed with strangers. An interaction was observed between action tendencies and the level of proximity, where the participants avoided friends more and punished strangers more. Future research suggests proximity to the offender as a relevant variable.

Keywords: moral judgement, transgressions, ethics, identity

Resumen: Se buscó investigar la asociación de las tendencias a la acción frente a las violaciones morales con los códigos deontológicos y el nivel de cercanía al delincuente. Participaron 200 estudiantes universitarios (70% mujeres, edad M = 23 años; DT = 6,62). Respondieron preguntas sociodemográficas, la Escala Comunitaria, Autonomía y Divinidad y el Relación de Tendencias para la Acción ante Violaciones Morales. Los análisis mixtos de varianza sugirieron un efecto principal de la ética, con la autonomía mostrando puntuaciones más altas; un efecto principal de las violaciones, con transgresiones de autonomía que muestran puntajes más altos; y un efecto principal del nivel de proximidad al delincuente, con puntuaciones más altas observadas con extraños. Se observó una interacción desde la tendencia a la acción con el nivel de proximidad, donde los participantes evitaban más a los amigos y castigaban más a los extraños. Las investigaciones futuras sugieren la proximidad al delincuente como una variable relevante.

Palabras clave: juicio moral, transgresiones, principio moral, identidad



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

³ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil.

⁴ Universidade do Porto, Porto, Portugal.

⁵ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

Quando alguém comete uma violação moral, existe um comportamento certo frente ao transgressor? Por que algumas pessoas têm a tendência de abordar alguém que cometeu uma violação moral, enquanto outras tendem a se afastar da pessoa e evitá-la?

Dentro de uma perspectiva do desenvolvimento sociocognitivo, estudos clássicos apresentaram a moral enquanto princípios de justiça que envolvem uma reflexão deontológica sobre o que é o certo a se fazer em diferentes situações sociais (Kohlberg, 1984; Piaget, 1932; Rest *et al.*, 2000). Ainda nessa perspectiva, o debate entre cognição, afeto e ação também foi central para diversos estudos (Haidt & Kesebier, 2010; Turiel, 2002), incluindo os estudos sobre raciocínio moral, que consiste na atividade cognitiva de transformar informações sobre contextos e situações em julgamentos que avaliam se tais contextos ou situações são moralmente certas ou erradas (Rest *et al.*, 2000; Haidt, 2001).

Outro debate importante apresentado por teóricos da psicologia sociocognitiva, especialmente da psicologia moral, envolve a relação entre pensamento e ação. Sobre este aspecto, Turiel (2002) destaca que da mesma forma que as ações são orientadas por preocupações morais, a recusa em participar de algumas ações ou a ausência de ação em algumas situações também possuem uma motivação moral. Desse modo, ressalta-se que não é possível pensar em uma dissociação entre julgamentos e ações (Turiel, 2002) e que as ações praticadas diante da verificação ou da percepção de uma transgressão moral podem ser consideradas como uma expressão dos julgamentos morais das pessoas. Isso ocorre porque os julgamentos morais estruturam a forma como as pessoas interpretam a realidade, influenciando assim suas ações e reações em situações de transgressões ou violações morais.

Transgressões morais podem ser compreendidas como ações que violam códigos morais cultural ou socialmente estabelecidos (Gutierrez & Giner-Sorolla, 2011). Para Salerno e Peter-Hagene (2013), as pessoas reagem a transgressões morais com uma variada gama de respostas

cognitivas, afetivas e comportamentais. No que diz respeito às reações afetivas ou emocionais, Rozin *et al.* (1999) destacam dois conjuntos de emoções. O primeiro envolve emoções morais de vergonha, embaraço e culpa, que estão relacionadas ao ajuste do indivíduo na comunidade a partir da conformidade com normas culturais e sociais. O segundo conjunto de emoções, que envolve a raiva e o nojo, reflete preocupações com a integridade social, representando assim uma reação a ações executadas pelos outros. Rozin *et al.* (1999) ressaltam que os dois conjuntos de emoções morais são importantes devido à associação de ambos com o respeito à ordem cultural e social.

Especificamente com relação à transgressão moral, Gutierrez e Giner-Sorolla (2011) ressaltaram que esse tipo de transgressão provoca um dano simbólico ao código de valores morais de um indivíduo. Desse modo, emoções como a raiva correspondem a uma reação diante da percepção de violação dos direitos de outras pessoas, o que pode levar os indivíduos a agir com o objetivo de reparar o dano causado pela transgressão e reestabelecer um equilíbrio nas noções de justiça e ética que orientam seus julgamentos.

Diversos estados emocionais são apresentados na literatura com características, antecedentes, respostas neurais e tendências à ação distintas (Farnsworth *et al.*, 2014). Em geral, emoções negativas (ex., raiva, nojo) podem surgir quando o indivíduo interpreta a situação como sendo ameaçadora de alguma forma, no que diz respeito à sua integridade física, psicológica e/ou social. Esta ameaça faz com que o sistema nervoso simpático seja ativado, gerando tendências de lutar ou fugir. Neste sentido, Farnsworth *et al.* (2014) compreendem as emoções negativas como funcionais no sentido de defesa individual, de forma a minimizar, escapar ou neutralizar uma ameaça iminente. Assume-se, assim, que as emoções influenciam de forma indireta o processo de tomada de decisão e a tendência a agir em diferentes situações, incluindo-se situações de transgressão moral (Giner-Sorolla & Chapman, 2016; Han *et al.*, 2014; Krettenauer *et al.*, 2011).

Ou seja, as emoções podem motivar e regular ações futuras, ou a tendência à ação, ao fornecer informações sobre a desejabilidade das ações, considerando os códigos morais individuais.

Para Zeelenberg e Pieters (2006), tendências à ação são impulsos ou inclinações do indivíduo para responder com um determinado tipo de comportamento a um evento vivido. A distinção entre tendências de aproximação e de evitação é muito importante para a compreensão da vivência da emoção em si. Aproximar-se está, em geral, associado na literatura a recompensas e a incentivos, enquanto o comportamento de evitar está associado à aversão ou a ameaças (Elliot *et al.*, 2013). Algumas pesquisas realizadas com o objetivo de identificar a relação entre variáveis cognitivas, afetivas e comportamentais (Coleman & Williams, 2013; Farnsworth *et al.*, 2014; Gutierrez & Giner-Sorolla, 2011), destacaram a associação entre determinadas tendências à ação com emoções morais específicas, como raiva e nojo.

Assim, as tendências à ação podem estar associadas àquilo que é moralmente importante para o indivíduo ou para seu grupo social. Desse modo, a moralidade pode ser considerada um aspecto importante da identidade social (Shepherd *et al.*, 2013), e ameaças à identidade podem levar a uma preparação para uma ação considerada relevante para a manutenção de uma avaliação positiva dessa identidade (Coleman & Williams, 2013), motivando o indivíduo membro do grupo a tentar prevenir que outras transgressões morais ocorram (Shepherd *et al.*, 2013).

Rozin *et al.* (1999), ao apresentarem a teoria moral proposta por Shweder *et al.*, (1997, p. 575) destacam que essa teoria traz uma noção de identidade ("*conceptualization of the person*") associada a três formas de reflexões ou padrões éticos usados como base para a resolução de questões morais. A *ética da autonomia* define o indivíduo como a principal fonte de autoridade moral. Conceitos morais importantes são os de igualdade de direitos, independência, liberdade de escolha e bem-estar. A *ética da comunidade* já associa a moralidade a ações que sejam consistentes com os papéis sociais desempenhados

pelos indivíduos em seus grupos de pertença (ex.: família, comunidade, nação). Conceitos morais importantes são os de honra, autocontrole, obediência à autoridade, lealdade e dever. Finalmente, a *ética da divindade* define o indivíduo como uma entidade espiritual, conectada a uma força superior, sendo importante a manutenção da pureza do corpo. Conceitos morais importantes são o autocontrole, a obediência às leis da natureza e o divino ou sagrado. Por meio dessa perspectiva, as transgressões morais podem ser pensadas a partir de violações das bases estruturais destes três tipos de ética, uma vez que cada uma dessas três formas de perceber o indivíduo tem atrelada a si um conjunto diferente de normas e de obrigações morais.

Alguns estudos já foram realizados (Guerra & Giner-Sorolla, 2010; Jensen, 1995, 1998) com o objetivo de investigar diferenças individuais com relação às éticas da comunidade, autonomia e divindade, propostas por Shweder (2003; Shweder *et al.*, 1997). Contudo, pouco se sabe a respeito de tendências à ação associadas com os códigos morais preferidos pelo indivíduo. Rozin *et al.* (1999) propuseram que violações associadas a injustiças e danos à liberdade individual (ética da autonomia) estão associadas ao surgimento da emoção de raiva; o desprezo estaria associado a transgressões morais associadas à importância do grupo e suas regras (ética da comunidade). Gutierrez e Giner-Sorolla (2011) verificaram que violações na ética da divindade apresentaram um maior efeito no nojo do que na raiva, e que esta violação teve um efeito na ética da autonomia e na experiência de raiva diante da violação. Finalmente, violações associadas à contaminação do corpo ou da alma, tais como atos sexuais tabus (ética da divindade), estariam associados à emoção de nojo (Giner-Sorolla *et al.*, 2012; Giner-Sorolla & Chapman, 2016).

Neste sentido, este trabalho visa investigar a associação entre as três éticas e tendências à ação frente a violações destas éticas, manipulando, para tanto, o nível de proximidade ou de intimidade do transgressor: um amigo ou um estranho. Ou seja, a intimidade diminui a probabi-

lidade de apresentar padrões de exclusão social (evitação) ou de abordagem agressiva (punição) frente ao transgressor? Fischer e Roseman (2007) sugerem que as pessoas tendem a reportar níveis mais altos de comentários derogatórios e de rejeição frente a pessoas estranhas quando comparados com pessoas conhecidas.

Baseada na teoria de Shweder, Guerra e Giner-Sorolla (2010) desenvolveram a Escala Comunidade, Autonomia e Divindade, com o objetivo de avaliar o apoio aos três diferentes códigos morais. Tanto em pesquisas qualitativas (Haidt *et al.*, 1993) como em estudos quantitativos realizados com esse instrumento (Guerra & Giner-Sorolla, 2010; Guerra *et al.*, 2013), e mesmo sendo o Brasil considerado uma cultura coletivista (Fernández *et al.*, 2005), com tendência a maior religiosidade, as pesquisas indicam que brasileiros usaram mais a ética da autonomia do que as outras duas. Esta tendência pode ser atribuída à composição das amostras de ambos os estudos, integrada por estudantes universitários.

O alto nível de apoio da ética da autonomia na cultura brasileira observado em estudos anteriores (Guerra & Giner-Sorolla, 2010; Guerra *et al.*, 2013) sugere que os participantes irão apresentar tendências à ação mais fortes frente a violações da ética da autonomia. Consequentemente, em termos de hipóteses, é esperado que participantes estudantes universitários apresentem altos escores em ambas as tendências à ação frente a violações de autonomia (Hipótese 1), assim como reações mais negativas a ações realizadas por um transgressor estranho quando comparado a um conhecido (Hipótese 2). E, finalmente, baseado em Rozin *et al.* (1999), também é esperado que cada código moral seja associado às tendências à ação frente ao código moral específico (Hipótese 3): o apoio à ética da comunidade estará associado às tendências de evitação e de punição frente ao transgressor que comete violações de comunidade; o apoio à ética da autonomia estará associado com as tendências frente à violações de autonomia; e o apoio à ética da divindade estará associado com as tendências frente a violações de divindade.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 200 estudantes universitários de uma universidade do Nordeste do Brasil. Esses eram, em sua maioria, mulheres (70%), com idade média de 23 anos (DP = 6,62), variando de 18 a 58 anos.

Instrumentos

Foi utilizado um questionário fechado desenvolvido para este estudo. Inicialmente, os participantes eram convidados a responder questões sociodemográficas para caracterização da amostra, relativas ao gênero e idade.

Escala de Comunidade, Autonomia e Divindade. Desenvolvida e validada no Brasil e na Inglaterra por Guerra e Giner-Sorolla (2010), essa mede o apoio dos participantes aos três códigos morais propostos por Shweder *et al.* (1997): Comunidade (ex.: *É uma prática comum na comunidade*); Autonomia (ex.: *Restringe a privacidade de alguém*); e Divindade (ex.: *É contra as leis da natureza*). Consiste em 44 itens divididos em ações moralmente certas e erradas, e respondidos em uma escala de sete pontos, variando de 1 = Nem um pouco importante a 7 = Extremamente importante. Alfas de Cronbach encontrados neste estudo foram: *Comunidade* $\alpha = 0,86$; *Autonomia* $\alpha = 0,85$; e *Divindade* $\alpha = 0,92$.

Lista de Tendências à Ação frente a Violações Morais. Foi elaborada uma lista de 24 ações relacionados aos três códigos morais (ex.: *Ignorar regras explícitas do grupo social de que você faz parte*; *Tratar outras pessoas injustamente*; *Desrespeitar suas crenças religiosas*). Esta lista foi apresentada acompanhada das seguintes instruções: *"Imagine que 'um de seus amigos' / 'alguém que você não conhece tão bem' começa a se comportar das formas descritas abaixo. O que você faria? Por favor, leia e responda as questões abaixo de cada descrição"*. Após cada descrição comportamental, o participante foi solicitado a responder utilizando duas escalas de sete pontos, variando de 1 = Nem um pouco a 7 = Extremamente, sobre o quanto ele (a) gostaria de punir ou evitar a pessoa que apresentou o

comportamento descrito. O conteúdo dos itens foi elaborado tomando como base a classificação proposta por Jensen (2004). Os índices de fidedignidade deste instrumento serão apresentados na seção de resultados.

Procedimentos

O projeto de pesquisa foi aprovado por um comitê de ética institucional (Protocolo 06-115) e atendeu a todas as recomendações das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Após aprovação do projeto pelo comitê de ética da instituição, os estudantes foram convidados a participar em um ambiente coletivo de sala de aula, caracterizando assim uma amostra de conveniência. Como critério de inclusão, fizeram parte da amostra final todos os estudantes que concordaram em participar e apresentaram idade acima de 18 anos. Aqueles que concordaram em participar receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e, em seguida, responderam uma versão em papel e lápis do questionário em uma média de 15 minutos.

Análise de dados

Foi utilizado o *software* SPSS versão 22 para a tabulação e análise dos dados. Foram realizadas análises descritivas, para caracterização da amostra. Testes para adequabilidade dos dados à análise fatorial, assim como testes de normalidade dos dados, análises fatoriais exploratórias e alfa de Cronbach foram conduzidos com as duas subescalas (Evitar e Punir) da Lista de Tendências à Ação Frente à Violações Morais, conforme sugerido por Damásio (2012). Posteriormente, para o teste de hipóteses, foram realizadas análises mistas de variância, para verificar o efeito do gênero, da violação, da tendência e do nível de proximidade do transgressor, e correlações r de Pearson.

Resultados

Tendência à ação

Inicialmente, análises fatoriais exploratórias foram conduzidas a fim de testar a estrutura subja-

cente dos itens de violação moral. Como cada item deveria ser respondido mediante duas escalas de resposta diferentes, sendo uma referente à Evitação (*evitar*), e uma referente à Punição (*punir*), foram realizadas duas análises fatoriais de acordo com esses dois tipos de tendência à ação. Em ambas as análises, apenas itens com carga fatorial igual ou superior a $|0,40|$ em apenas um fator foram retidos. Adicionalmente, foram excluídos itens que apresentaram cargas fatoriais em fatores diferentes dos propostos teoricamente. Os resultados de cada análise são apresentados a seguir.

Evitação

Os índices de adequabilidade da amostra sugerem a adequação da matriz para a análise fatorial: teste de esfericidade de Bartlett $c^2(276) = 1914,27$, $p < 0,001$; KMO = 0,92. De acordo com a natureza ordinal dos itens e a distribuição não normal dos dados, a estrutura fatorial da escala foi investigada mediante o uso de uma análise fatorial exploratória com o método dos quadrados mínimos não ponderados (*Unweighted Least Squares*), sendo solicitada a organização dos itens em três fatores (ver Tabela 1).

Onze itens distribuíram-se pelos três fatores explicando 45,33% de variância. O primeiro fator engloba três itens de violações morais da ética da comunidade (itens 01, 03 e 07) e apresentou um valor próprio (*eigenvalue*) de 3,94, explicando 16,41% de variância. Este fator apresentou um índice de confiabilidade de 0,72 (alfa de Cronbach). O segundo fator incluiu três itens de violações da autonomia (itens 10, 18 e 21), com *eigenvalue* de 3,77 (15,73% de variância), e alfa de Cronbach com valor de 0,81. Finalmente, o terceiro fator incluiu cinco itens de violações da divindade (itens 08, 13, 17, 20 e 23), apresentando *eigenvalue* de 3,16 (13,19% de variância) e alfa de Cronbach de 0,74.

Punição

O teste de esfericidade de Bartlett apresentou um índice $c^2(276) = 2047,31$, $p < 0,001$, enquanto o KMO foi igual a 0,91, indicando a adequação da matriz para a análise fatorial. Foi realizada a mesma análise da subescala de Evitação, devido à distri-

buição não normal dos dados (Damásio, 2012). Essa reuniu um total de 11 itens que explicaram 46,16% de variância. O primeiro fator reuniu quatro itens referentes a violações morais da autonomia (itens 09, 12, 18 e 21), apresentando um *eigenvalue* de 4,59 (19,13% de variância) e um alfa de Cronbach de 0,84. O segundo fator incluiu três itens sobre violações morais da comunidade (itens 01, 03 e 07), apresentando um *eigenvalue* de 3,57 (14,87% de variância) e um alfa de Cronbach de 0,63. E finalmente, o terceiro fator reuniu quatro itens sobre violações da divindade (itens 08, 17, 20 e 23), apresentando um *eigenvalue* de 2,92 (12,15% de variância) e um alfa de Cronbach de 0,71.

É possível observar que os mesmos três itens da dimensão comunidade apresentaram cargas fatoriais acima do valor mínimo estabelecido tanto na escala de evitação como na escala de punição. No que diz respeito à dimensão autonomia, dois itens se repetiram em ambas as escalas (itens 18 e 21), apenas o item 10 foi considerado relevante na escala de evitação. Este não teve seu conteúdo considerado relevante na escala de punição, sendo substituídos pelos itens 09 e 12. Finalmente, na dimensão divindade, os itens 08, 17, 20 e 23 se repetiram em ambas as escalas. Adicionalmente, na escala de evitação, o item 13 também foi considerado parte do conteúdo da dimensão.

Tabela 1 – Análise fatorial dos itens de violação moral com rotação varimax

Itens	Conteúdo do item (DT)	EVITACÃO			Itens	PUNIÇÃO		
		Com	Aut	Div		Aut	Com	Div
01	Não dar apoio à própria família (Com)	0,71	0,12	0,10	01	0,11	0,53	0,36
02ex	Desrespeitar crenças religiosas (Div)	0,51	0,36	0,01	02ex	0,18	0,58	0,19
03	Ignorar regras explícitas do grupo (Com)	0,57	0,23	0,16	03	0,28	0,67	0,03
04ex	Desrespeitar os direitos de outras pessoas (Aut)	0,64	0,39	0,16	04 ex	0,40	0,51	0,09
05ex	Fazer graça com tradições religiosas (Div)	0,59	0,16	0,28	05 ex	0,16	0,64	0,27
06ex	Ignorar as escolhas e decisões de outras pessoas (Aut)	0,54	0,27	0,19	06 ex	0,30	0,67	0,02
07	Fazer coisas que a família considera inaceitável (Com)	0,59	0,11	0,36	07	0,17	0,43	0,29
08	Fazer coisas que considera pecado (Div)	0,31	0,21	0,44	08	0,15	0,35	0,40
09ex	Ler cartas, e-mails ou diário de outras pessoas (Aut)	0,35	0,28	0,34	09	0,54	0,38	0,22
10	Desrespeitar amigos e colegas (Aut)	0,35	0,63	0,25	10	0,71	0,39	0,18
11	Desrespeitar a fé de outras pessoas (Div)	0,39	0,48	0,23	11 ex	0,22	0,20	0,22
12ex	Fazer apenas o que quer (Aut)	0,44	0,55	0,17	12	0,74	0,35	0,14
13	Violar o próprio corpo (Div)	0,06	0,16	0,44	13 ex	0,15	0,15	0,34
14	Tratar mal os pais ou avós (Com)	0,36	0,58	0,27	14 ex	0,67	0,26	0,27
15	Fazer algo ilegal (Com)	0,05	0,47	0,43	15 ex	0,53	0,10	0,43
16	Desrespeitar os direitos e responsabilidades (Com)	0,26	0,27	0,47	16 ex	0,45	0,19	0,40
17	Fazer coisas que não são naturais (Div)	0,12	0,15	0,74	17	0,20	0,09	0,69
18	Prejudicar pessoas física ou emocionalmente (Aut)	0,14	0,70	0,25	18	0,82	0,10	0,23
19ex	Desrespeitar o líder (Com)	0,39	0,33	0,44	19 ex	0,36	0,30	0,32
20	Desrespeitar a ordem natural (Div)	0,35	0,15	0,67	20	0,23	0,36	0,64
21	Tratar pessoas injustamente (Aut)	0,27	0,67	0,25	21	0,65	0,29	0,30
22ex	Deixar sua família triste (Com)	0,33	0,52	0,34	22 ex	0,58	0,27	0,39
23	Engajar-se em práticas sexuais não naturais (Div)	0,11	0,32	0,49	23	0,21	0,02	0,60
24ex	Esperar por direitos ou tratamento especial (Aut)	0,23	0,38	0,25	24 ex	0,32	0,34	0,32

Notas: ex Item excluído; DT – Dimensão teórica; Com – Comunidade; Aut - Autonomia; Div – Divindade; itens selecionados com cargas fatoriais sublinhadas.

Em seguida, buscou-se verificar se haveria uma influência do gênero dos participantes no apoio aos diferentes códigos morais. Para tanto, uma análise mista de variância com *design* 3 (Ética: comunidade, autonomia, divindade) x 2 (Gênero: masculino, feminino) foi realizada. Não foi encontrado efeito principal de gênero, $Z(1, 195) = 2,06$; $MSE = 4,69$, $p = 0,15$, η^2 parcial = 0,01,

ou a interação envolvendo gênero. O esperado efeito principal da ética foi encontrado, $Z(2, 390) = 34,26$; $MSE = 37,58$; $p = 0,001$, η^2 parcial = 0,15, com autonomia apresentando o maior nível de apoio por participantes de ambos os gêneros ($M = 5,03$; $DP = 0,95$), corroborando estudos prévios. O padrão de apoio encontrado foi o esperado: a ética da autonomia apresentou os escores mais

altos, enquanto a ética da divindade apresentou os escores mais baixos ($M = 4,38$; $DP = 1,23$), e a ética da comunidade apresentou escores moderados ($M = 4,51$; $DP = 0,97$).

Teste de hipóteses

Após a definição das dimensões éticas, as variáveis referentes às tendências à ação frente aos três tipos de violações morais foram calculadas. Foi realizada uma análise mista de variância de 3 (Violações: comunidade, autonomia, divindade) x 2 (Tendência: evitação, punição) x 2 (Nível de proximidade: amigo, estranho). Esta análise resultou no efeito principal esperado das violações, $Z(2, 380) = 5,57$, $MSE = 4,36$, $p = 0,004$, η^2 parcial = 0,03, com escores médios mais altos no que diz respeito a violações de autonomia ($M = 3,39$) em todas as condições, quando comparados com os escores de violações da comunidade ($M = 1,97$) e violações da divindade ($M = 2,01$).

O efeito principal da tendência à ação não foi encontrado, $Z(1, 190) = 0,96$, $MSE = 0,65$, $p = 0,33$, η^2 parcial = 0,00. No entanto, foi observado um efeito principal do Nível de proximidade, $Z(1, 190) = 4,91$, $MSE = 14,77$, $p = 0,03$, η^2 parcial = 0,02, indicando escores mais altos frente a desconhecidos ($M = 2,57$) quando comparados com amigos ($M = 2,34$), para todos os tipos de violação. Por fim, foi observada uma interação significativa entre Tendência x Nível de proximidade, $Z(1, 190) = 7,17$, $MSE = 4,85$, $p = 0,01$, η^2 parcial = 0,04. Os participantes tendem mais a evitar amigos ($M = 2,49$) e estranhos ($M = 2,85$) no lugar de puni-los, mas há uma maior tendência a punir estranhos ($M = 2,29$) do que amigos ($M = 2,20$).

Correlatos das tendências à ação

Análises de correlação r de Pearson foram realizadas para avaliar a relação entre cada tendência à ação (punição e evitação) com os códigos morais (comunidade, autonomia e divindade), de acordo com o nível de proximidade (amigo ou estranho) do transgressor. No que diz respeito às tendências à ação frente a violações morais de amigos, tendências à punição por violações da ética da comunidade apresentaram uma correlação negativa com a ética da autonomia ($r = -0,21$, $p = 0,04$). Uma associação negativa com a ética da autonomia também foi observada na tendência à

punição frente a violações da ética da divindade ($r = -0,20$, $p = 0,04$).

No entanto, no que diz respeito às tendências à ação frente a violações morais de pessoas estranhas, a evitação de estranhos por violações da ética da comunidade apresentou correlação direta com a concordância com a ética da comunidade ($r = 0,24$, $p = 0,02$). A evitação de estranhos por violações da ética da autonomia também apresentou correlação significativa com a ética da comunidade ($r = 0,21$, $p = 0,03$) e com a ética da divindade ($r = 0,20$, $p = 0,04$). A evitação e a punição de estranhos por violações da ética da divindade apresentaram correlações positivas com as éticas da comunidade (Evitação $r = 0,47$, $p < 0,001$; Punição $r = 0,28$, $p = 0,006$) e da divindade (Evitação $r = 0,49$, $p < 0,001$; Punição $r = 0,27$, $p = 0,006$).

Discussão

Este estudo teve como objetivo investigar a associação entre os três códigos morais (éticas da comunidade, autonomia e da divindade) propostos por Shweder (2003; Shweder *et al.*, 1997) e tendências à ação (punição e evitação) frente a violações destas três éticas. Adicionalmente, foi investigado se haveria influência do Nível de proximidade da pessoa que comete a transgressão moral (se amigo ou estranho).

Os achados indicaram que a Hipótese 1, acerca do esperado efeito principal da ética, foi confirmada. Tal resultado corrobora estudos anteriores acerca da prevalência da ética da autonomia na sociedade brasileira (Guerra & Giner-Sorolla, 2010; Guerra *et al.*, 2013). O apoio moderado à ética da comunidade e mais baixo à ética da divindade também repete os achados dos estudos anteriormente citados. Tais resultados apontam para a concordância com julgamentos morais baseados em direitos, liberdade de escolha individual, igualdade e justiça, como conceitos morais centrais para a ética da autonomia (Guerra & Giner-Sorolla, 2010), de forma mais consistente do que em julgamentos baseados em deveres e obediência frente a autoridades (ética da comunidade) ou naqueles baseados nas leis da natureza ou na concepção de divino (ética da

divindade), conforme a teoria de Shweder (2003; Shweder *et al.*, 1997).

No que diz respeito à Hipótese 2, acerca da influência do Nível de proximidade do transgressor, essa também foi confirmada, corroborando o proposto por Fischer e Roseman (2007). Com relação à tendência à ação, a evitação foi mais escolhida para ambos os níveis de proximidade (amigos ou estranhos) em todos os tipos de violação. No entanto, a punição foi mais escolhida para estranhos do que para amigos. Considerando que a tendência à ação reflete aquilo que é importante para o indivíduo ou seu grupo social, ameaças por parte de pessoas próximas poderiam ser interpretadas como ameaças à identidade social de quem percebe a ação do outro como uma violação (Coleman & Williams, 2013). Assim, amigos seriam apenas evitados como uma forma de indicar para o transgressor seu erro, mantendo a identidade do grupo e prevenindo a ocorrência de transgressões futuras (Shepherd *et al.*, 2013).

Adicionalmente, a tendência a evitar o amigo transgressor é coerente com a literatura acerca da funcionalidade das emoções negativas (Farnsworth *et al.*, 2014). A evitação pode ser interpretada como a tendência comportamental da emoção do desprezo, associada pela literatura com transgressões morais da ética da comunidade (Giner-Sorolla *et al.*, 2012; Giner-Sorolla & Chapman, 2016; Rozin *et al.*, 1999). Tais resultados sugerem que a identidade do transgressor é um componente que merece atenção em futuras investigações acerca de violações morais.

Finalmente, a Hipótese 3, acerca da associação direta entre a transgressão e seus respectivos códigos morais, foi parcialmente corroborada. Apenas violações de comunidade e divindade por parte de estranhos apresentaram associação com as suas respectivas éticas. Esse padrão não foi observado com a ética da autonomia em nenhum nível de proximidade e não foi observada com nenhuma das éticas quando a relação era com um amigo. Participantes que consideram a ética da autonomia importante não concordam com a punição de amigos frente a violações da comunidade e da divindade. Este padrão também

sugere uma maior ênfase atribuída aos direitos e escolhas individuais, consideradas importantes na ética da autonomia (Guerra & Giner-Sorolla, 2010; Jensen, 2004). Sendo assim, transgressões relativas à comunidade ou à religião não são consideradas motivo suficiente para punição de indivíduos, mas escolhas individuais. Mais uma vez, o nível de proximidade com o transgressor parece ser de fundamental importância para o julgamento moral, suas emoções, cognições e comportamentos associados (Giner-Sorolla & Chapman, 2016; Han *et al.*, 2014).

É importante indicar como limitações desse estudo as restrições da amostra, obtida em uma cidade do Nordeste brasileiro, e composta apenas por estudantes universitários. Neste sentido, esta amostra é comparável apenas com outros estudos sobre o tema que também utilizaram estudantes universitários como população. Pesquisas futuras precisam expandir o tipo de amostra e sua localização geográfica, de forma a analisar amostras com características diversas. Considerando que a população universitária apresenta tendências à ética da autonomia, outras populações com valores culturais diferentes poderiam endossar outras éticas como mais importantes, modificado o padrão de resposta observado culturalmente (Haidt *et al.*, 1993). Estudos em diferentes países apontam que os códigos morais conseguem diferenciar subculturas ou grupos culturais específicos dentro de uma nação, como grupos geracionais (Guerra & Giner-Sorolla, 2015; Jensen, 1995) ou classes sociais (Haidt *et al.*, 1993; Jensen, 1995). Neste sentido, padrões diferenciados de apoio às três éticas podem vir a ser observados em diferentes classes sociais ou diferentes grupos religiosos no Brasil, considerando que tal apoio baseia-se nos valores culturais que são importantes para o grupo.

Outra limitação importante é o tamanho de efeito encontrado nos resultados dos testes de hipóteses, todos considerados pequenos. Neste sentido, apesar de significativos e corroborarem estudos anteriores realizados com estudantes universitários, é preciso interpretá-los com cautela. Tais resultados sugerem a necessidade de explorar

outros construtos como potenciais explicadores da variância não explicada pelos estudos realizados até o momento. No entanto, mesmo considerando tais limitações, os resultados corroboram estudos anteriores da literatura, sugerindo a relevância desses achados, além do caráter inovador deles, especialmente no que diz respeito ao nível de proximidade com o transgressor.

Tendências à ação integram sistemas complexos, associadas a emoções e cognições, que contribuem para fornecer informações para o indivíduo responder aos estímulos do meio de maneira adequada com aquilo que é considerado importante (Zeelenberg & Pieters, 2006). Assim, sugere-se fortemente que pesquisas futuras investiguem mais à fundo o nível de proximidade com o transgressor como uma fonte de informação relevante para uma melhor compreensão acerca do julgamento moral.

Referências

- Coleman, N. V., & Williams, P. (2013). Feeling like myself: Emotion profiles and social identity. *Journal of Consumer Research*, 40(2), 203-222. <https://doi.org/10.1086/669483>
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228.
- Elliot, A. J., Eder, A. B., & Harmon-Jones, E. (2013). Approach-avoidance motivation and emotion: Convergence and divergence. *Emotion Review*, 5(3), 308-311. <https://doi.org/10.1177/1754073913477517>
- Farnsworth, J. K., Drescher, K. D., Nieuwsma, J. A., & Walser, R. B. (2014). The role of moral emotions in military trauma: implications for the study and treatment of moral injury. *Review of General Psychology*, 18(4), 249-262. <https://doi.org/10.1037/gpr0000018>
- Fernández, I., Páez, D., & González, J. (2005). Independent and interdependent self-construals and socio-cultural factors in 29 nations. *International Review of Social Psychology*, 18, 35-63. https://www.researchgate.net/publication/239923298_Independent_and_Interdependent_Self-construals_and_Sociocultural_Factors_in_29_Nations
- Fischer, A. & Roseman, I. (2007). Beat them or ban them: The characteristics and social functions of anger and contempt. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93, 103-115. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.93.1.103>
- Giner-Sorolla, R., Bosson, J. K., Caswell, T. A., & Hettinger, V. E. (2012). Emotions in sexual morality: Testing the separate elicitors of anger and disgust. *Cognition and Emotion*, 26(7), 1208-1222. <https://doi.org/10.1080/02699931.2011.645278>
- Giner-Sorolla, R. & Chapman, H. A. (2016). Beyond purity: Moral Disgust toward bad character. *Psychological Science*, 28(1), 80-91. <https://doi.org/10.1177/0956797616673193>
- Guerra, V. & Giner-Sorolla, R. (2010). Community, Autonomy, and Divinity Scale: A new tool for the cross-cultural study of morality. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 41, 35-50. <https://doi.org/10.1177/0022022109348919>
- Guerra, V. M. & Giner-Sorolla, R. (2015). Investigating the three ethics in emerging adulthood: a study in five countries. In: L. A. Jensen (Org.), *Moral Development in a Global World: Research from a Cultural-Developmental Perspective* (pp. 117-140). Cambridge University Press.
- Guerra, V. M., Giner-Sorolla, R., & Vasiljevic, M. (2013). The importance of honor concerns across eight countries. *Group Processes & Intergroup Relations*, 16, 298-318. <https://doi.org/10.1177/1368430212463451>
- Gutierrez, R. & Giner-Sorolla, R. (2011). Disgusting but harmless moral violations are perceived as harmful due to the negative emotions they elicit. *Revista de Psicologia Social*, 26(1), 141-148. <https://doi.org/10.1174/021347411794078381>
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: A social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108, 814-834.
- Haidt, J. & Kesebier, S. (2010). Morality. In S. Fiske, D. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (5th ed., pp. 797-832). Wiley.
- Haidt, J., Koller, S., & Dias, M. (1993). Affect, culture, and morality, or is it wrong to eat your dog? *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 613-628. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.65.4.613>
- Han, D., Duhachek, A., & Agrawal, N. (2014). Emotions shape decisions construal level: The case of guilt and shame. *Journal of Consumer Research*, 41, 1047-1064. <https://doi.org/10.1086/678300>
- Jensen, L. (1995). Habits of the heart revisited: Autonomy, community, and divinity in adults' moral language. *Qualitative Sociology*, 18, 71-86. <http://dx.doi.org/10.1007/BF02393196>
- Jensen, L. (1998). Moral divisions within countries between orthodoxy and progressivism: India and the United States. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 37, 90-107. <https://doi.org/10.2307/1388031>
- Jensen, L. (2004). *Civic engagement coding manual: Type of engagement*. Unpublished manuscript.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on Moral Development. The Psychology of Moral Development: The Nature and Validity of Moral Stages*. Harper & Row.
- Krettenauer, T., Jia, F., & Mosleh, M. (2011). The role of emotion expectancies in adolescents' moral decision making. *Journal of Experimental Child Psychology*, 108, 358-370. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2010.08.014>
- Piaget, J. (1932). *O Juízo Moral na Criança* (4. ed.). Summus.

Rest, J. R., Narvaez, D., Thoma, S. J., & Bebeau, M. J. (2000). A Neo-Kohlbergian Approach to Morality Research. *Journal of Moral Education, 29*(4), 381-395. <http://doi.org/10.1080/713679390>

Rozin, P., Lowery, L., Imada, S., & Haidt, J. (1999). The CAD triad hypothesis: A mapping between three moral emotions (contempt, anger, disgust) and three moral codes (community, autonomy, divinity). *Journal of Personality and Social Psychology, 76*, 574-586. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.76.4.574>

Salerno, J. M. & Peter-Hagene, L. C. (2013). The interactive effect of anger and disgust on moral outrage and judgments. *Psychological Science, 24*(10), 2069-2078. <https://doi.org/10.1177/0956797613486988>

Shepherd, L., Spears, R., & Manstead, A. S. R. (2013). 'This will bring shame on our nation': The role of anticipated group-based emotions on collective action. *Journal of Experimental Social Psychology, 49*, 42-57. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.07.011>

Shweder, R. (2003). *Why do men barbecue? Recipes for cultural psychology*. Harvard University Press.

Shweder, R., Much, N., Mahapatra, M., & Park, L. (1997). The "big three" of morality (autonomy, community, divinity) and the "big three" explanations of suffering. In A. Brandt, & P. Rozin (Eds.), *Morality and Health* (pp. 119-169). Routledge.

Turiel, E. (2002). *The Culture of Morality: Social Development, Context, and Conflict*. Cambridge University Press.

Zeelenberg, M., & Pieters, R. (2006). Feeling is for doing: A Pragmatic approach to the study of emotions in economic behavior. In D. De Cremer, M. Zeelenberg, & K. Murnighan (Eds.), *Social Psychology and Economics* (pp. 117-137). Erlbaum.

Valeschka Martins Guerra

Doutora em Psicologia Social pela University of Kent (UKC), em Canterbury, Kent, Inglaterra; mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, ES, Brasil.

Viviany Silva Pessoa

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, RN, Brasil; professora na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Aline Venceslau Vieira de Lima

Doutora em Psicologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), em Lisboa, Portugal; mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; professora na Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil.

Samuel Lincoln Bezerra Lins

Doutor em Psicologia pela Universidade do Porto (UP), em Porto, Portugal; mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; professor na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Pollyana de Lucena Moreira

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil; professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, ES, Brasil.

Endereço para correspondência

Valeschka Martins Guerra

Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Av. Fernando Ferrari, 514
Goiabeiras, 29075-910
Vitória, ES, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.